

PRÊMIO SESCOOP

Roberto Rodrigues*

Mais uma vez, como vem fazendo há 5 anos, o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - SESCOOP, ligado à Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB conduziu em 2017, em parceria com a FNQ, uma sofisticada avaliação dos sistemas de gestão e de governança das cooperativas pertencentes ao Sistema, com o objetivo de reconhecer aquelas que mais se destacaram em ambos os temas, mas também visando estimular as demais a seguirem o mesmo caminho: é o Prêmio SESCOOP Excelência de Gestão.

O Prêmio se insere num amplo Programa de Desenvolvimento da Gestão das Cooperativas – PDGC, e são três os indicadores usados:

- 1- Primeiros passos para a Excelência, aplicável às cooperativas em estágio inicial na busca de melhoria de gestão.
- 2- Compromisso com a Excelência, para as cooperativas que já começam a medir e perceber melhorias em seus resultados de gestão.
- 3- Rumo à Excelência, aplicável às cooperativas cujos sistemas de gestão estão em franca evolução e com resultados na melhoria de sua competitividade.

As cooperativas singulares registradas e regularizadas com o Sistema OCB e com o Sescoop se inscrevem gratuitamente na disputa, que começa com 2 questionários (Diagnóstico e Autoavaliação) nos quais são analisados respectivamente o atendimento à legislação cooperativista, a governança e a gestão praticadas por elas e os principais resultados financeiros, econômicos e sociais dos últimos três anos.

Um competente Comitê de Gestão do Prêmio, do SESCOOP, realiza um rigoroso trabalho de verificação nas informações prestadas pelas candidatas, estabelecendo linhas de corte com base na pontuação obtida no Diagnóstico. E as cooperativas que ficarem acima desta linha passam para uma próxima etapa, sendo desclassificadas todas aquelas que não estiverem rigorosamente sintonizadas com estatutos, com a lei do cooperativismo, ou com os padrões de gestão, de governança e de sustentabilidade exigidos.

Numa terceira etapa, o Comitê de Gestão seleciona quais as cooperativas a serem visitadas por no mínimo 2 avaliadores que evidenciam as informações oferecidas nos questionários. As que tiverem qualquer irregularidade fiscal ou não mostrarem na prática o que informaram nos questionários, bem como as que apresentem fatos desabonadores perante a sociedade em geral, são também desclassificadas. E serão informados das razões da desclassificação. Os avaliadores ajustarão a pontuação de cada uma, com base nas evidências encontradas em documentos, depoimentos, e/ou tudo o que possa comprovar as informações prestadas previamente.

Assim avança a seleção pelo Comitê de Gestão, até que sejam elencadas as cooperativas que tenham pontuação acima de um mínimo definido por ele. As poucas que terão cumprido as exigências colocadas seguem para uma avaliação final por parte de uma Banca Julgadora, última etapa do complexo processo no período de 6 meses.

Nem o Comitê de Gestão e nem a Banca Julgadora sabem quais são as cooperativas sob análise. Os papéis para julgamento não permitem a identificação delas, de modo que a decisão final sobre as campeãs ocorre na mais absoluta isenção por parte de todos os "jurados": só são conhecidas as condições de progresso de cada cooperativa ao longo do tempo nos temas centrais.

Eis um excelente exemplo de como se proceder à melhoria destes procedimentos, bem na direção da "Auto-gestão" alcançada na Constituinte de 1988.

*** Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, Embaixador Especial da FAO para as Cooperativas e Presidente do LIDE Agronegócio.**